

MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: DE LEGISLADORES DO SABER A INTERPRETES DE CULTURAS

Lúcia Glicério Mendonça

Resumo

O presente estudo irá historicizar as transformações ocorridas nos museus universitários, quanto à construção, transmissão e difusão do conhecimento. Sob o referencial teórico de Sygmunt Bauman, discutiremos a consolidação dos museus universitários como instituições da “Modernidade Sólida”, como construtores de valores de “verdade científica” e referenciais de “civilização”. A seguir, analisaremos as mudanças impostas a estas instituições por força do aceleramento das dinâmicas sociais ocasionadas pela “Modernidade Líquida”. Igualmente, analisaremos a ação dos especialistas de museus universitários e verificaremos quando os mesmos atuaram como legisladores e/ou interpretes, tendo em conta as reflexões de Bauman sobre a prática dos intelectuais.

Palavras-chave: coleções e museus universitários; modernidade líquida; museu líquido; legisladores; interpretes

Abstract

This study will historicize the changes occurring in university museums in construction, transmission and dissemination of knowledge. Under the theoretical framework Sygmunt Bauman, will discuss the consolidation of university museums as institutions of “Solid Modernity” as constructors of values of “scientific fact” and references to “civilization.” Next, we analyze the changes imposed on these institutions by virtue of accelerating social dynamics caused by “Liquid Modernity”. Also, we analyze the action of specialists and university museums will check when they acted as legislators and / or interpreters, taking into account the reflections Bauman on the practice of intellectuals.

Keywords: collections and university museums; liquid modernity, liquid museum; legislators; interpreters

Esta comunicação resulta dos estudos elaborados para compor o primeiro capítulo de minha tese de doutoramento em museologia, ora em curso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação da Prof^a Dr^a Alice Lucas Semedo.

Objetivo geral da apresentação é historicizar as transformações ocorridas nos museus universitários, quanto à construção, transmissão e difusão do conhecimento. O referencial teórico a ser utilizado é o pensamento de Sygmunt Bauman, em específico as reflexões apresentadas em seu livro “Legisladores e Interpretes”. Os objetivos específicos a serem atingidos são: analisar as mudanças impostas a estas instituições por força do aceleramento das dinâmicas sociais ocasionadas pela “Modernidade Líquida”, conceito elaborado por Bauman (2010). E, igualmente, analisar a ação dos especialistas em museus universitários ao longo da história, mesmo que esquematicamente, em função dos limites de espaço impostos à presente publicação. Em seguida, será verificado quando os mesmos atuaram como legisladores e/ou interpretes.

Embora, como apontado por Hooper-greenhill (1992), não se possa indicar um ancestral direito ou identificar um papel ou identidade fundamental para isso, o Ashmolean Museum é aceito como o primeiro museu universitário na forma moderna de reconhecimento. Ele era uma instituição de caráter permanente, tinha coleções e era aberto ao público, desde 1683. Entretanto, o maior legado do Museu Ashmolean não foi o acesso ao público. Antes de 1683 outras coleções de universidades já podiam ser visitadas publicamente. Entretanto, foi sua estrutura de funcionamento que é reconhecida como uma de suas maiores contribuições para as coleções e museus, independentes e, ou universitários. Fundado a partir de uma coleção particular doada de objetos curiosos e raros à Universidade de Oxford no século XVII, o maior legado do “primeiro museu universitário da era moderna” foi ter proposto o modelo institucional que hoje define um museu, que contempla suas três principais funções, ou seja, conservação, estudo e visitação das coleções, tudo isso realizado em um espaço definido e em caráter permanente (Lourenço, 2005).

A presença do gabinete de curiosidade em instituições universitárias mudou a forma de se fazer ciência, no Ocidente, pois eles não eram apenas espaços de classificação dos seres da natureza, como também eram locais de experimentação e observação de fenômenos naturais. Este fato veio ao encontro de uma de suas funções tradicionalmente definidas: a instrução, e contribuiu marcadamente para a formulação do conhecimento produzido nas universidades (Loureiro, 2005). Durante o período de consolidação das disciplinas científicas, o caráter experimental do conhecimento

foi amadurecido nas universidades, através do estudo das coleções de História Natural. Igualmente, os mais variados engenhos e mecanismos, construídos para o estudo de fenômenos físicos e químicos, deram origem a outras coleções, as de instrumentos científicos. Este universo de coleções foi parte inseparável da elaboração do saber nas universidades. Observar os objetos e estudá-los era uma das formas mais frequentes de produzir o saber acadêmico. No caso dos gabinetes de curiosidades, estes eram não apenas um método de se organizar o mundo aos olhos do estudioso. Os objetos atuavam como “livros da natureza” em que o conhecimento poderia ser lido, não através da linguagem verbal, mas através da observação e experimentação. Em especial no século XIX e no início do XX, as coleções foram fundamentais para o ensino e a pesquisa das universidades, pois o ensino era baseado no estudo de espécimes (daí a importância das coleções universitárias). Esse quadro continuou até a segunda metade do século XX.

Simultaneamente, surge o indivíduo que se ocupa com as atividades do pensamento, ou seja, o intelectual. No caso do presente estudo seriam aqueles que reuniam ou coletavam os objetos, os organizavam em coleções e os investigavam, no espaço formal da universidade. Da mesma forma, eram também aqueles que se ocupavam de estudá-los para transmitir esse conhecimento, ou seja, lecionar.

De acordo com Bauman (2010), a autoridade do intelectual foi construída a partir do vazio de autoridade da nobreza desde que o poder feudal deu vez ao poder do monarca, abrindo caminho para a constituição das monarquias absolutistas. O Estado absolutista precisava de uma burocracia especializada e erudita para “legislar” as novas formas legais de convivência e hierarquia baseadas nas influências iluministas. Sendo assim, os intelectuais receberam a validação social e política de sua autoridade. O conhecimento era uma atribuição de especialistas, esses sujeitos eram legisladores do que era ou não conhecimento válido ou “verdade”, assim como o que poderia ser considerado “belo”, ou seja, o que poderia ser conservado em museus e digno de ser debatido e investigado nas universidades (Ross, 2004). Igualmente, as universidades estavam em expansão no Ocidente Europeu e logo se tornaram juntos com os museus e galerias, lócus de saber autorizado.

Conforme Bauman (1997, apud, Ross, 2004), “metaforicamente, a autoridade de tal visão de mundo moldou homens de conhecimentos que poderiam ser chamados de legisladores”. A autoridade envolveu o direito de comandar as regras do mundo social para serem obedecidas. E ela era legitimada por um julgamento melhor, um conhecimento superior, garantido pelos próprios métodos de sua produção. As observações de Bauman (2010) são particularmente relevantes para o

desenvolvimento e origem dos museus durante o século XVIII na Grã-Bretanha e França, bem como para as universidades. Desta forma, é lícito dizer que esse pensamento cabe para a gestão de coleções e museus sob tutela acadêmica.

Segundo Ross (2004), no início do museu público, ele era em grande extensão, uma agência de classificação de artefatos, cultura e conhecimento, e também atuou para ordenação de populações problemáticas, auto-ordenação do corpo e cidadania pública. A autoridade hegemônica da “razão legislativa” de Bauman (1997, apud Ross, 2004) está implícita nas iniciativas reformistas em torno do 1º Ato dos Museus, na metade do século XIX: uma crença no Estado e suas instituições de cultura para refazer a sociedade, para formar o gosto e julgamento de seus cidadãos para prover um ideal de moral e modelos estéticos como antídoto contra a perceptível depravação e desordem das classes trabalhadoras. (Bennett, 1988 apud Ross, 2004). Ou seja, a possibilidade de elaborar regras e modelos sociais estava presente na lei que regia o Estado, tipificando a função legisladora.

Bauman (1997 apud Ross, 2004) traça o destino dos intelectuais em relação ao desenvolvimento do Estado e do mercado. A dependência inicial do Estado por legitimação dos intelectuais foi vista como superada ao longo do século XIX, pelas tecnologias políticas de poder panóptico e sedução, campos dentro dos quais grupos de especialistas se proliferaram, assim como campos de especializações. Um papel central na reprodução da sociedade ficou a cargo dos intelectuais, mas esse papel era um papel menor de autoridade burocrática do que um poder legislativo. Como a confiança do Estado na cultura para a reprodução de seu poder diminuiu, outro conjunto de forças, as do mercado, surgem. Dessa forma, para os intelectuais foi imperativo a elaboração de nova identidade baseada na relação saber/poder que os distinguiu, em um primeiro momento, dos demais grupos sociais.

Segundo Bauman (2010, p. 33) a Modernidade Sólida pode ser descrita como o tipo de modernidade que era o alvo, mas também o quadro cognitivo, da teoria crítica clássica, ela parece “sólida”, condensada e “sistêmica”, impregnada de tendência ao totalitarismo. Uma sociedade totalitária, imposta e onipresente e que deu aos intelectuais sua identidade/função legisladora. Entre os principais ícones dessa modernidade estava a fábrica fordista, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obedecidos e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais, excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual (Bauman, 2010, p.34). O espaço da fábrica, da escola, da prisão e do hospital encarceraram os indivíduos e imobilizaram o tempo e espaço. Podemos, assim, inferir que Museus e universidades são instituições da

modernidade sólida, pois ajudaram a fundá-la fornecendo os suportes ideológicos das mesmas.

Durante a quase totalidade da modernidade sólida o conhecimento produzido nos museus universitários era baseado na investigação das coleções. Com as transformações ocorridas no campo científico, notadamente no campo das Ciências Naturais, as coleções caíram em desuso. Isto ocorreu por razões complexas: ramificações políticas, sociais, econômicas e científicas, como por exemplo, o avanço da biologia molecular; estudos das populações que eclipsaram as investigações sobre o organismo em seu todo; também havia pressão de realizar pesquisas com aplicações comerciais; o custo da manutenção de grandes coleções começou a pesar sobre as instituições obrigadas a procurar por conta própria seu suporte financeiro; competição desregrada no ambiente acadêmico (Lourenço, 2005). Simultaneamente, complexas transformações históricas estavam em curso, mudando profundamente as relações sociais e, em consequência, os modos de produção do conhecimento. Em forte interação com as dinâmicas sociais, os avanços do conhecimento científico transformaram a existência humana ao correr do curto século XX. Igualmente, emerge um conflito de interesses entre filósofos, teóricos literários e estetas, com uma nova geração de intelectuais, árbitros de cultura orientados pelo mercado em várias mídias tais como galerias de arte e instituições públicas, onde a produção de cultura, a serviço do mercado, torna-se um assunto, não de uniformidade, mas de diversidade (Bauman, 2010).

No campo das Humanidades, a mudança deu-se pela introdução do relativismo em meio ao pensamento intelectual (originado nas Ciências Físicas e na teoria de Einstein) e colocou em questão a centralidade e a autoridade dos discursos produzidos no Ocidente dando relevo a outros grupos e culturas quanto à capacidade de produzir aqueles valores já citados ou o julgamento dos mesmos. Portanto, igualou-se o pensamento intelectual produzido na Europa Ocidental com os produzidos em outras partes do planeta. Dessa maneira, a função do intelectual não seria mais legislar sobre o que deve ou não ser valor de referência, mas sim, construir pontes entre as várias culturas como um interprete que traduz ou verte discursos de uma língua para outra permitindo a interação entre culturas diferentes.

No campo dos museus, após a Segunda Grande Guerra, surgem indicadores da emergência de um novo paradigma museal, constatando-se não apenas o crescimento exponencial do número de museus, mas também a ampliação, modernização e diversificação dos mesmos. Principalmente, na 2ª metade do século XX, há um período de mudança nos paradigmas museológicos, no papel dos museus quanto

à sua dimensão educativa e comunicativa. Passa-se da dominância do paradigma museológico centrado nos objetos e coleções para a dominância do paradigma museológico centrada nas audiências e nos públicos.

Além dessa transformação, nos órgãos internacionais como o Comitê Internacional de Museus (ICOM), e nos congressos da área de museologia, houve um momento de crise também. Há mutações ocorridas no interior do campo dos museus, emerge a Nova Museologia: no Chile, em 1972; a partir de 1984, no Canadá; e desde 1985, em Lisboa. São três eventos importantes e separam paradigmas museológicos opostos. As mudanças ocorridas no interior do movimento museológico internacional estão intimamente relacionadas à introdução do relativismo no pensamento ocidental, como apontadas por Bauman. Não há mais hierarquias entre as ditas “civilizações dos povos distantes” e a civilização industrializada ocidental.

Nos anos 1980, há a constituição de uma crise no setor das instituições museais universitárias, com desdobramentos ainda não completamente solucionados. Ocorreu o que se denominou de crise dos museus universitários. A difícil situação caracterizava-se, em primeiro lugar, por uma crise de identidade e de propósito; em segundo, por menos reconhecimento por parte da universidade e da sociedade; em terceiro, por falta de recursos.

Bauman (2010, p.11-12) explica que a “modernidade sólida” sofre de compulsão-obsessiva de modernizar-se. Pois, os “modernos” ou “legisladores” derreteram, por assim dizer, os sólidos e suas instituições pela insuficiência de “solidez”. Na sequência do pensamento de Bauman (2010), o que difere nosso tempo de outros tempos é a transitoriedade, a fluidez e a capacidade de adaptação que somos levados a experimentar e adotar, tal qual a natureza dos líquidos.

Todos os elementos acima interferiram decididamente para que os estudiosos, cientistas, eruditos e técnicos especializados em todos os âmbitos do conhecimento modificassem e aprimorassem suas metodologias, abordagens e referenciais teóricos.

No interior dos museus universitários, e demais museus, os olhares voltaram-se para o outro: o público externo. O saber é elaborado a partir das coleções, mas o seu fazer leva em conta não só a contribuição para o conhecimento dos objetos ao campo de estudo a eles relacionado, bem como o ensino de disciplinas universitárias. Há uma tendência à abordagem às coleções de maneira que o público aumente sua interação com as mesmas. Ocorre uma crise no interior das instituições museais

sob tutela universitária, a mesma coincide com as transformações conjunturais no mundo dos museus independentes. Os compromissos assumidos por seus mantenedores frente às sociedades e comunidades que se inserem e servem, obrigaram às universidades e seus museus a abrirem-se ao público exterior, atendendo não só aos alunos, professores, técnicos e investigadores, mas também as pessoas comuns, comunidades vizinhas e alunos de outros níveis educacionais.

O saber não é mais legislado e imposto a partir da autoridade dos especialistas de disciplinas que trabalham em museus. Ele também é resultado do diálogo entre o que foi produzido pelos especialistas e o que foi produzido pela interação do público com as coleções e as estratégias exposicionais. É possível inferir que estes espaços são arenas de encontro, tensão, disputa, diálogo e conciliação. Como discutido por Clifford (1997), os museus configuram-se como “zonas de contato” e neste espaço de interface, os especialistas de museus, ou intelectuais (nos termos de Bauman) atuam de maneira a fornecer subsídios aos investigadores, docentes, discentes, e demais indivíduos e grupos que interagem entre si e com as coleções. Estes usam de tais “ferramentas” para atingirem seus objetivos de conhecimento, sendo eles a aprendizagem de uma disciplina específica, a solução de um problema prático ou a preservação de memórias e construção de identidades.

Portanto, diante do exposto, é lícito dizer que a produção, circulação e divulgação de conhecimento nos museus universitários apresenta hoje uma tendência à natureza interpretativa.

Os especialistas em museus atuam, então, como interpretes entre duas ou mais culturas. Eles atuam como tradutores que vertem um idioma para outro, a fim de facilitar a compreensão de um texto, um filme, uma canção, uma exposição, uma tradição cultural, ou mesmo uma epistemologia, por quem não domine o idioma vertido.

Enfim, é possível dizer, a título de considerações finais que, hoje os museus universitários passaram por modificações impostas por transformações históricas ocorridas, e os mesmos desafios enfrentados pelas universidades são os que eles enfrentam. As universidades são o mal e o bem de seus museus. As crescentes demandas impostas a estas instituições na modernidade líquida exigem respostas rápidas, capacidade de adaptação frente às adversidades econômicas e flexibilidade em relação as mais variadas abordagens de produção de conhecimento, bem como posicionamento político tolerante com as diferenças e defesa da inclusão social. Esse museu não é mais o das sociedades sólidas, ele agora é o *museu líquido* da modernidade

líquida. É aquele museu que se molda, repensa, redefine e busca superar os desafios impostos, quer institucionalmente, quer museológicamente para dar continuidade aos ideais e missões assumidas como compromissos frente às mesmas comunidades que os acolhem e os mesmos servem.

Referências

Bauman, Z. (1987) *Legislators and Interpreters: on Modernity, Posmodernity and the intellectuals*, Oxford: Polity Press.

Bauman, S. (2010). *Legisladores e interpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. (trad. Renato Aguiar), Rio de Janeiro, Zahar.

Bennett, B. (1988) Museums and “People”, in Lumley, R. (ed) *The Museums Time Machine: Putting Cultures on Display*, London: Comedia.

Clifford, J. (1997) Museums as contact zones in: Clifford, J. (1997) *Routes: travel and translating in the late Twentieth Century*. Cambridge, MA. Harvard University Press.

Hooper-greenhill, E. (1992) *Museums and the shaping of knowledge*. London: Routledge.

Lourenço, Marta C. (2005) *Between two worlds. The distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe*. (Phd Thesis in. Histoire des Techniques, Muséologie) Conservatoire national des arts et métiers. École doctorale technologique et professionnelle Paris.

Ross, M. (2004) Interpreting the New Museology, *Museum and Society*, Jul. 2 (2) 84-103.